

UBIRAJARA GARCIA FERREIRA TAMARINDO

Mestre em Agronegócio e Desenvolvimento pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP. Especialista em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudo Tributários (IBET).

Master of business Administration (MBA) em Gestão Tributária pela Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia (FUNDACE). Pós-graduado em Direito Tributário pelo Instituto Brasileiro de Direito Tributário (IBDT) e pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Pós-graduado em processo tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudo Tributários (IBET). Professor de direito e processo tributário. Advogado.

GESSUIR PIGATTO

Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Paraná, mestre e doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de São Carlos. Professor da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências e Engenharia/Tupã, sendo docente e orientador do Programa de Pós-Graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD) e docente do curso de Administração na área de Economia. Desenvolve pesquisas nas áreas de Competitividade, Serviços de Alimentação, Internacionalização de Empresas, Canais de Distribuição, e Cadeias Agroindustriais, com destaque para a cadeia de proteína animal. Pesquisador e Coordenador do CEPEAGRO - Centro de Pesquisa em Administração e Agronegócio.

Tributação no Agronegócio

Uma Análise Geral dos Principais Tributos Incidentes

De acordo com a Lei nº 13.606/2018

*que institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR)
e a nova sistemática de contribuições sociais previdenciárias
para produtor e empresas rurais*

PREFÁCIOS:

Ênio Santarelli Zuliani (Desembargador do TJSP)

Marcos Fava Neves (Professor Titular da FEA-USP/RP)



JHMIZUNO
EDITORA DISTRIBUIDORA

à sua Excelência o ministro Jorge Mussi,
com admiração.
Um grande abraço,
do Ubiaçua

15/03/2018

Tributação no Agronegócio

Uma Análise Geral dos
Principais Tributos Incidentes

Tributação no Agronegócio: Uma Análise Geral Dos Principais Tributos Incidentes

© Ubirajara Garcia Ferreira Tamarindo e Gessuir Pigatto

J. H. MIZUNO 2018

Revisão:

Ubirajara Garcia Ferreira Tamarindo e Gessuir Pigatto

1123770

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

T153t Tamarindo, Ubirajara Garcia Ferreira.

Tributação no agronegócio: uma análise geral dos principais tributos incidentes / Ubirajara Garcia Ferreira Tamarindo, Gessuir Pigatto; prefácio Santarelli Zuliani, Marcos Fava Neves. – Leme (SP): JH Mizuno, 2018.

364 p. : 16 x 23 cm

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7789-351-5

1. Agroindústria – Impostos – Legislação – Brasil. I. Pigatto, Gessuir. II. Título.

CDD 343.81

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

Nos termos da lei que resguarda os direitos autorais, é expressamente proibida a reprodução total ou parcial destes textos, inclusive a produção de apostilas, de qualquer forma ou por qualquer meio, eletrônico ou mecânico, inclusive através de processos xerográficos, reprográficos, de fotocópia ou gravação.

Qualquer reprodução, mesmo que não idêntica a este material, mas que caracterize similaridade confirmada judicialmente, também sujeitará seu responsável às sanções da legislação em vigor.

A violação dos direitos autorais caracteriza-se como crime incurso no art. 184 do Código Penal, assim como na Lei nº 9.610, de 19.02.1998.

O conteúdo da obra é de responsabilidade dos autores. Desta forma, quaisquer medidas judiciais ou extrajudiciais concernentes ao conteúdo serão de inteira responsabilidade dos autores.

Todos os direitos desta edição reservados à

JH MIZUNO

Rua Prof. Mário Zini, 880 – Cidade Jardim – CEP: 13614-230 – LEME/SP

Fone/Fax: (0XX19) 3571-0420

Visite nosso site: www.editorajhmizuno.com.bre-mail: atendimento@editorajhmizuno.com.br

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

Sumário

1. Introdução	35
1.1. Contextualização do agronegócio	35
1.2. Corte metodológico	41
2. Sistema Tributário Nacional	41
2.1. O Poder de tributar do Estado	43
2.2. Competência para instituição de tributo	48
2.3. Tributo	56
2.3.1. Espécies tributárias	59
2.3.2. Imposto	62
2.3.3. Taxa	63
2.3.4. Contribuição de melhoria	67
2.3.5. Empréstimo compulsório	68
2.3.6. Contribuições	69
2.4. Repartição das receitas tributárias	72
2.5. Principais princípios que norteiam o Direito Tributário brasileiro	76
2.5.1. Princípio da legalidade	80
2.5.2. Princípio da tipicidade cerrada	94
2.5.3. Princípio da anterioridade	96
2.5.4. Princípio da irretroatividade	102
2.5.5. Princípio da isonomia	108
2.5.6. Princípio da vedação ao confisco	113
2.5.7. Princípio da liberdade de tráfego	117
2.5.8. Princípio da uniformidade geográfica	122
2.5.9. Princípio da capacidade contributiva	124
2.5.10. Princípio da transparência fiscal	129
2.5.11. Princípio da não-cumulatividade	129
2.5.12. Princípio da seletividade	130
2.5.13. Princípio da não diferenciação tributária	131

3. Atividade Rural	133
3.1. Conceito legal de atividade rural, produtor rural e agroindústria.....	133
4. Tributação Sobre a Renda e o Lucro Líquido	140
4.1. Imposto sobre a renda da pessoa física	140
4.2. Imposto sobre a renda do produtor rural pessoa física.....	145
4.2.1. Receita e despesas da atividade rural	145
4.2.2. Compensação de prejuízos	148
4.2.3. Atividade rural no exterior por residente ou domiciliado no Brasil	149
4.2.4. Atividade rural no Brasil por residente ou domiciliado no exterior	150
4.2.5. Apuração do resultado da exploração da atividade rural	151
4.2.6. Opção pelo arbitramento da base de cálculo a razão de 20% da receita.....	152
4.2.7. Opção pelo lucro real	155
4.2.8. Obrigatoriedade de apresentação da declaração de ajuste anual .	158
4.2.9. Carnê-leão x Demonstrativo da Atividade Rural.....	158
4.2.10. Contratos agrários de arrendamento e parceria rural	159
4.2.11. Ganho de capital na venda de imóvel rural e outros ativos.....	168
4.2.12. Equiparação do produtor rural pessoa física à pessoa jurídica....	175
4.3. Imposto sobre a renda do produtor rural pessoa jurídica.....	176
4.3.1. Lucro real.....	178
4.3.2. Lucro presumido.....	182
4.3.3. Lucro arbitrado	183
4.3.4. Depreciação, amortização e exaustão	184
4.3.5. Compensação de prejuízos	190
4.3.6. Ganho de capital na venda de imóvel rural na pessoa jurídica	191
4.3.7. Distribuição de lucros ou dividendos na pessoa jurídica	196
4.3.8. Simples e Mei	197
4.4. Pis/Pasep e Cofins.....	200
4.4.1. Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/Pasep e da COFINS	210
4.4.2. Análise do PIS/Pasep e da COFINS no agronegócio	212
4.5. Contribuição sobre o lucro líquido (CSLL).....	231
5. Tributação Sobre a Propriedade Rural	236
5.1. Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).....	236
5.1.1. Cobrança, fiscalização e destinação da arrecadação do ITR.....	238

5.1.2. Cobrança de ITR de imóvel situado em mais de um município	239
5.1.3. Contribuinte do ITR.....	239
5.1.4. Base de cálculo e alíquotas do ITR.....	241
5.1.5. Imunidade e isenção ao ITR	244
6. Tributação Previdenciária	249
6.1. Análise das contribuições previdenciárias no agronegócio	252
6.1.1. Produtor rural pessoa jurídica e agroindústrias.....	252
6.1.2. Produtor rural pessoa física.....	263
6.1.3. Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural – Funrural: Evolução histórica até a Lei nº 10.256/2001	270
6.1.4. Principais discussões jurídicas acerca do Funrural.....	281
6.1.5. Inconstitucionalidades em relação à pessoa jurídica.....	288
6.1.6. A Medida Provisória nº 793, o Programa de Regularização Tributária Rural e a Resolução do Senado Federal nº 15/2017.....	292
6.1.7. A Lei nº 13.606/2018, que instituiu o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) e alterou a contribuição social previdenciária do produtor rural pessoa física e jurídica	296
7. Tributação Sobre a Produção, Comércio e Serviços	300
7.1. Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).....	300
7.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	304
7.2.1. Alíquota interna, interestadual e definição do local de recolhimento.	309
7.2.2. Análise do ICMS no agronegócio	312
7.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN).....	319
8. Contribuição Sindical Rural	325
8.1. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	328
9. Cooperativa Agropecuária: Análise de Sua Tributação	329
Referências	341
Índice Alfabético Remissivo	359